



ATIVIDADES DE TREINO

Organização dos Poderes

Profº Líbero Filho





SUMÁRIO

ATIVIDADE

Questão 1

Questão 2

Questão 3

GABARITO

Questão 1

Questão 2

Questão 3

3

3

3

3

5

5

6

6



ATIVIDADE

Questão 1

(I EXAME DE ORDEM - Questão 4 - 2010.1) Em razão de inúmeras denúncias acerca de favorecimentos e dispensas irregulares de licitação na máquina pública de determinado estado da Federação, a assembleia legislativa tomou a iniciativa de inserir dispositivos na Constituição estadual, estabelecendo que os convênios celebrados por secretários de estado e os contratos por estes firmados serão eficazes apenas depois da aprovação do Poder Legislativo. No mesmo sentido, foi inserida na Carta estadual norma que exige autorização legislativa para que o estado possa contrair dívidas. Inconformado com as ações unilaterais tomadas pela assembleia legislativa, o governador avalia como proceder, juridicamente, para resguardar a independência e a autonomia do Poder Executivo estadual.

Considerando a situação hipotética acima apresentada, discorra, de forma objetiva e devidamente fundamentada, sobre a legitimidade das iniciativas da assembleia legislativa e indique a medida mais adequada a ser tomada pelo governador do estado para tornar inválidas as normas constitucionais estabelecidas. (Valor: 1,25)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Questão 2

(QUESTÃO AUTORAL) Determinada Lei do estado do Ceará regulamentou a vaquejada como prática desportiva e cultural no estado. Posteriormente, o Supremo Tribunal Federal entendeu, em sede do controle de constitucionalidade, que a respectiva legislação era inconstitucional. Ocorre que, embora tenha sido declarada inconstitucional, houve forte reação legislativa do Congresso Nacional, que através de emenda possibilitou a realização do esporte.

A) No caso narrado estamos diante de qual fenômeno do processo constitucional? (Valor: 0,65)

B) A referida emenda poderia ser submetida ao Supremo Tribunal Federal mesmo diante de um assunto já tratado anteriormente? (Valor: 0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Questão 3

(QUESTÃO ADAPTADA - FGV - 2018) A Assembleia Legislativa Estadual acaba de aprovar emenda à Constituição Estadual de autoria de Deputado Estadual criando o Conselho Estadual de Justiça, órgão de controle externo administrativo do Poder Judiciário estadual do qual participam representantes de outros poderes e entidades da sociedade civil. Tendo por base os ensinamentos doutrinários em matéria de controle da Administração Pública e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, responda:



A) A norma criada é constitucional? (Valor: 0,65)

B) O Conselho Nacional de Justiça é órgão de controle externo do poder Judiciário? (Valor: 0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.



GABARITO

Questão 1

(Alternativa única) Na hipótese, os dispositivos constitucionais aprovados pela assembleia legislativa ferem frontalmente o princípio da separação de poderes e os contornos constitucionais adotados, no âmbito federal, sobre o tema. Com efeito, não cabe, por não haver paralelo com o modelo federal da tripartição de poderes, subordinar a eficácia de convênios celebrados por secretários de Estado, ou de contratos por estes firmados, à aprovação da assembleia legislativa, criando, assim, uma subordinação da ação do Poder Executivo ao Poder Legislativo.

De igual modo, a Constituição Federal não exige autorização legislativa para que o Estado venha a contrair dívidas. Pelo princípio da simetria, o constituinte estadual está obrigado a seguir fielmente as opções de organização e de relacionamento entre os poderes acolhidos pelo constituinte federal, opções constantemente invocadas em ações diretas de inconstitucionalidade para a invalidação de normas constitucionais e infraconstitucionais dos estados-membros.

São precisamente as ações diretas de inconstitucionalidade, a serem ajuizadas perante o Supremo Tribunal Federal, o instrumento adequado para o governador, como legitimado ativo (CF, art. 103, V), enfrentar a situação descrita.

ITEM	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DO ALUNO
(Alternativa única) As iniciativas da Assembleia ferem frontalmente o princípio da separação de poderes, previsto no art. 2º, da CRFB/88 (0,40), e o princípio da simetria (art. 11 do ADCT e no art. 25 do corpo fixo da CF) (0,40), pois criam uma subordinação das ações do Poder Executivo ao Poder Legislativo que não está prevista pela CRFB/88 e ofende a independência entre os Poderes. O instrumento adequado para o governador, como legitimado ativo, enfrentar a situação descrita é a ação direta de inconstitucionalidade (art. 103, V, da CRFB/88) (0,45).	0,0/0,40/0,80 0,85/1,25	



Palavra-chave (procure no índice)

PRINCÍPIO DA SIMETRIA

GOVERNADOR

MÉTODO VDE

OAB - 2ª fase



Questão 2

A) O caso narrado retrata o efeito backlash, que consiste na possibilidade de o Legislativo se insurgir contra uma decisão jurisprudencial que implicou na inviabilização de determinada legislação, a fim de que o conteúdo barrado seja “ressuscitado” através da criação de outra norma com o mesmo conteúdo.

B) Sim. Seria plenamente possível o questionamento da emenda constitucional, que possibilitou a prática da vaquejada, através do controle de constitucionalidade concentrado realizado pelo Supremo Tribunal Federal, de acordo com o Art. 102, I, “a”, da CRFB.

ITEM	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DO ALUNO
A) O caso narrado retrata o efeito backlash (0,30), que consiste na possibilidade de o Legislativo se insurgir contra uma decisão jurisprudencial que implicou na inviabilização de determinada legislação (0,20), a fim de que o conteúdo barrado seja “ressuscitado” através da criação de outra norma com o mesmo conteúdo (0,15).	0,0/0,30/0,45 0,55/0,65	
B) Sim. Seria plenamente possível o questionamento da emenda constitucional (0,30), que possibilitou a prática da vaquejada, através do controle de constitucionalidade concentrado realizado pelo Supremo Tribunal Federal (0,20), de acordo com o Art. 102, I, “a”, da CRFB (0,10).	0,0/0,30/0,40 0,55/0,60	



Palavra-chave (procure no índice)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – ADIN

Questão 3

A) A norma é inconstitucional, pois os Estados-membros carecem de competência constitucional para instituir este tipo de órgão, além de se criar risco ao pacto federativo, conforme entendimento sumular do STF.

B) Não, o CNJ é órgão de controle interno do Poder Judiciário, na forma do art. 92, I A da CRFB/88.



ITEM	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DO ALUNO
A) A norma é inconstitucional (0,35), pois os Estados-membros carecem de competência constitucional para instituir este tipo de órgão, além de se criar risco ao pacto federativo (0,20), conforme entendimento sumular do STF (0,10).	0,00/0,35/0,55 0,65	
B) Não, o CNJ é órgão de controle interno do Poder Judiciário (0,50), na forma do art. 92, I-A da CRFB/88 (0,10).	0,0/0,50/0,60	



Palavra-chave (procure no índice)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA